

TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO N.º 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO E-DOCS: 2026-F1SLG

TERMO DE FOMENTO N.º 035/2026 QUE
ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA DE
DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E
PEQUENAS EMPRESAS E DO
EMPREENDEDORISMO - ADERES E A
ASSOCIACAO DE CAFEICULTORES
FLOR DO CAFE - ACAFE.

A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDORISMO – ADERES – autarquia da Administração Pública Indireta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ sob o nº 01.683.866/0001-07, com sede na Avenida Nossa Senhora da Penha, nº 714, 5º andar. Ed.RS Trade Tower, Praia do Canto, Vitória/ES, neste ato representado pelo Diretor Geral **ALBERTO FARIAS GAVINI FILHO**, brasileiro, casado, nomeado(a) pelo Decreto nº 261-S, de 01 de janeiro de 2019, publicada no DIO de 02 de janeiro de 2019, brasileiro, casado, portador da Matrícula Funcional nº 3198863, doravante denominado **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL** e a **ASSOCIACAO DE CAFEICULTORES FLOR DO CAFE - ACAFE**, inscrita no CNPJ sob nº 51.904.632/0001-10, com sede na Rua Principal, s/n, zona rural, Mimoso Do Sul/ES, CEP: 29.400-000, neste ato representado pelo Sr. **DANILO MATEINI RIBEIRO**, conforme atos constitutivos apresentados nos autos, resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante o processo administrativo nº **2026-F1SLG** e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente Termo de Fomento, tem por objeto o projeto “8º Festival Flor do Café - Distrito de Conceição do Muqui - Mimoso do Sul ES”, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Anexo I.

1.1.1. O Plano de Trabalho, previsto no Anexo I, é parte integrante desse Termo, delimita os objetivos gerais e específicos, bem como define as metas e prevê o cronograma e as diretrizes das ações necessárias à consecução do objeto desse Acordo, conforme estabelecido no artigo 42, parágrafo único da Lei nº 13.019/14.

1.2 – Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 – É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I – Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II – Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 – São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio



na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

e) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

f) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

g) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

h) designar um gestor da parceria e, na hipótese de esse deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

i) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

j) colaborar com as ações e os projetos executados ou viabilizados pela organização da sociedade civil e, se possível, auxiliar na elaboração das metodologias e da indicação das metas;

k) apoiar tecnicamente e institucionalmente a OSC para boa execução, expansão e fortalecimento das ações e/ou projetos implementados por meio desta parceria;

l) apoiar a divulgação das ações e dos projetos implementadas por meio desta parceria;

m) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) manter escrituração contábil regular;

b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;

c) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

d) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

e) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

f) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

g) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

h) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de **R\$20.000,00 (vinte mil reais)**.

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá, para execução do Termo de Fomento, recursos no valor de **R\$20.000,00 (vinte mil reais)**, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 10.49.203.23.691. 0035. 2062, UG 490203, Gestão ADERES, conforme discriminação abaixo:

Fonte 1500, ED 335041 – CONTRIBUIÇÕES, R\$20.000,00.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 – É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 – Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da organização da sociedade civil, para:

I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V – realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

6.1 – O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até **31/10/2026**.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da organização da sociedade civil, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente

Termo de Fomento, que deverá ser formalizada por Termo Aditivo, sendo, nessa hipótese, dispensada a prévia análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado.

6.3 – Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública estadual promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da organização da sociedade civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – A administração pública estadual designará um gestor, e respectivo suplente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução desta parceria, na forma do artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.2 – Na hipótese de paralisação das atividades, a OSC deverá informar a administração pública estadual, através do telefone: (27) 3636-8552 e E-mail: gabinete@aderes.es.gov.br, no prazo máximo de 30(trinta) dias, para que possam ser tomadas as devidas providências.

7.3 – O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV – Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;

V – Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo,

no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI – lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

Parágrafo Primeiro. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

Parágrafo Segundo. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 – A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – A Administração pública estadual considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I – relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 – Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I – os resultados já alcançados e seus benefícios;

II – os impactos econômicos ou sociais;

III – o grau de satisfação do público-alvo;

IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração

pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

- I – aprovação da prestação de contas;
- II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
- III – rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

Parágrafo Primeiro. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

Parágrafo Segundo. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 – A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo Único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

- I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
- II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 – As prestações de contas serão avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 – O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 – Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, durante sua vigência, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.



9.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

9.5 – A atualização do Plano de Trabalho que objetive a adequação do cronograma ou de valores sem a alteração de metas poderá ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento conforme autoriza o art. 57 da Lei nº 13.019/14.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo Único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 – Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 – A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

10.4 - Da Proteção de Dados Pessoais:

10.4.1 - Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, os partícipes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”), no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

10.4.1.1. Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar, ao longo de toda a vigência da parceria, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

10.4.1.2. Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá:

10.4.1.2.1. Notificar imediatamente a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL;

10.4.1.2.2. Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

10.4.1.2.3. Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

10.4.2. Necessidade. Os partícipes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

10.4.2.1. Os partícipes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais

subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste ajuste e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

10.4.2.2. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

10.4.3. Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

10.4.3.1. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá notificar a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

10.4.3.2. Os partícipes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

10.4.4. Transferência internacional. É vedada a transferência de dados pessoais pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

10.4.5. Responsabilidade. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este ajuste, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL em seu acompanhamento.

10.4.5.1. Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, não exime a ORGANIZAÇÃO DA



SOCIEDADE CIVIL das obrigações decorrentes deste ajuste, permanecendo integralmente responsável perante a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

10.4.5.2. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve colocar à disposição da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

10.4.5.3. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve auxiliar a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste ajuste.

10.4.5.4. Se a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL constatar que dados pessoais foram utilizados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste ajuste, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do ajuste e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

10.4.6. Eliminação. Extinto o ajuste, independentemente do motivo, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 – Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 – Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a



critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, por escrito, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

12.2 – O presente instrumento será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

Parágrafo Primeiro - Durante o período de aviso prévio, os direitos e obrigações das Partes previstos nesse Termo manter-se-ão inalterados, salvo se as Partes ajustarem de outra forma.

Parágrafo Segundo - Findo o prazo do aviso prévio, as Partes serão responsáveis somente pelas obrigações que, em razão da natureza pela qual se revestem, sobrevivam ao término do Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 – A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, e ocorrer no prazo de até 20(vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

14.1 – Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo resultante das ações envolvidas no âmbito do presente Termo de Fomento terá sua exploração econômica regida por instrumento específico, assegurada sua utilização sem ônus.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE E USO DE MARCAS

15.1 – A divulgação dos atos praticados em razão deste instrumento deverá restringir-se a caráter educativo, informativo ou de disseminação de informação e conhecimento, respeitados os direitos autorais.

15.1.1 – Os Partícipes acordam que a utilização de suas respectivas marcas, representadas por seus títulos e logotipos, somente poderá ocorrer com a autorização expressa de seu proprietário.

15.1.2 – Os Partícipes obrigam-se a submeter, previamente e por escrito, à aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica decorrente da execução deste instrumento, a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e congêneres.

15.2 – Não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral de eventual publicidade de quaisquer atos executados em função deste Termo de Fomento ou que com ele tenham relação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES

16.1 – Durante o desenvolvimento do projeto, as partes se obrigam a manter sob o sigilo os dados e informações referentes às ações consideradas e definidas como confidenciais, não podendo de qualquer forma, direta ou indiretamente, dar conhecimento, a terceiros não autorizados, das informações confidenciais

trocadas entre os acordantes ou por eles geradas na vigência do presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1 – As Partes reconhecem que, para a execução do Termo, será necessário o tratamento de dados pessoais, e se comprometem a cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”), conforme periodicamente alterada, bem como das demais leis e regulamentos relacionados à proteção de dados pessoais e privacidade que possam ser aplicados a qualquer tratamento Termo de Fomento nº 003/2025 - Processo Administrativo E-Docs nº 2025-6F8C4 - 18 de 19 de Dados Pessoais no âmbito do Termo (“Legislação de Proteção de Dados Aplicável”).

17.2 – As Partes se comprometem a somente utilizar as informações e dados pessoais compartilhados para a realização das atividades decorrentes do objeto do presente Termo.

17.3 – As Partes se comprometem a manter registros de todas e quaisquer atividades relacionadas aos dados pessoais compartilhados ou obtidos em decorrência do Termo, fornecendo tais registros sempre que solicitados, de forma justificada.

17.4 – As Partes adotarão todas as medidas técnicas de segurança razoáveis, de acordo com o padrão de mercado e a legislação brasileira, para resguardar os dados pessoais tratados em decorrência do presente Termo, mantendo a outra parte indene de quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de qualquer tratamento de dados realizado em desacordo com esse Termo e/ou a Legislação de Proteção de Dados Aplicável.

Parágrafo Único. Para os fins desta Cláusula, consideram-se dados pessoais toda e qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável, conforme definido na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

18.2 – E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.



Vitória/ES, 30 de junho de 2026.

ALBERTO FARIAS GAVINI FILHO
DIRETOR GERAL – ADERES

DANILO MATEINI RIBEIRO
ASSOCIACAO DE CAFEICULTORES FLOR DO CAFE - ACAFE



ANEXO I

PLANO DE TRABALHO

LEI 13.019/2014

A - PROPONENTE			
I - ENTIDADE			
Denominação: Associação de Cafeicultores Flor do Café -ACAFE			
CNPJ: 51.904632/0001-10			
Endereço: Distrito de Conceição do Muqui			
Cidade: Mimoso do Sul		UF: ES	CEP: 29410-000
DDD: 28	Telefone: 999 958 958		Celular: 28-999 630 406
E-mail: douglasprucoli48@gmail.com			
Site Festival Flor do Café - Oficial			
II - DADOS BANCÁRIOS			
Banco	Agência	Conta Corrente	Praça de Pagamento
III - DO RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE			



Nome completo: Danilo Mateini Ribeiro		
CPF: 140 657 607-71		RG/Órgão Expedidor: 3714281 SPTC ES
Endereço: Distrito de Conceição do Muqui		
Cidade/Estado: Mimoso do Sul	UF: ES	CEP: 29410-000
E-mail: daniломateiniribeiro@outlook.com	Telefone: 28-999 630 406	Celular: 28-999 630 406
Cargo: Presidente da associação	Eleito em: 20/04/2026	Vencimento do Mandato: 20/04/2029
IV - DO RESPONSÁVEL PELA PARCERIA		
Pessoa responsável pela parceria dentro da organização: Nome Completo: Douglas Batista Prucoli		
Telefone:		Celular: 28- 999 958 958
E-mail: douglasprucoli48@gmail.com		
CPF: 101.335.997-60		RG/Órgão Expedidor: 1.198.704-ES
Cargo: Segundo tesoureiro da associação		
Formação Profissional Ensino médio completo, voluntário em realizações de eventos no distrito.		

B - PROJETO	
Título do projeto	8º Festival Flor do Café - Distrito de Conceição do Muqui - Mimoso do Sul ES
I - PERÍODO DE EXECUÇÃO	

Início	Julho de 2026	Término	Outubro de 2026
---------------	---------------	----------------	-----------------

II - APRESENTAÇÃO DO PROJETO

A **Associação de Cafeicultores Flor do Café (ACAFE)** é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sediada no distrito de Conceição de Muqui, Mimoso do Sul - ES, dedicada ao fortalecimento da agricultura familiar e ao desenvolvimento sustentável da cafeicultura. Seus objetivos estatutários visam promover a capacitação técnica em manejo, colheita seletiva e pós-colheita, a avaliação sensorial para melhoria da qualidade dos grãos e o incentivo à comercialização de microlotes de cafés especiais, agregando valor à produção local.

Além disso, a ACAFE atua formalmente na promoção do agroturismo e do empreendedorismo rural por meio da organização da tradicional **8º Festival Flor do Café** e seu respectivo concurso de *cupping*, fomentando a feira de negócios da agroindústria artesanal e a inovação tecnológica no campo. Por meio de parcerias estratégicas com órgãos de extensão rural e governamentais, a associação viabiliza a inclusão socioeconômica, a sustentabilidade ambiental e a competitividade dos pequenos produtores, cumprindo os requisitos de impacto social e desenvolvimento regional exigidos para o fomento de projetos junto à **ADERES**.

A **8ª Festival Flor do Café** será realizada no Distrito de Conceição do Muqui, município de Mimoso do Sul/ES, nos dias 19 e 20 de setembro de 2026, com o propósito de fortalecer a agricultura familiar, incentivar o empreendedorismo rural e valorizar a produção de cafés especiais da região.

O evento reunirá produtores rurais, empreendedores locais, artesãos, instituições parceiras, grupos culturais e a comunidade em geral, promovendo ações voltadas à divulgação dos cafés especiais, comercialização de produtos da agricultura familiar, gastronomia típica, artesanato local e valorização das tradições culturais do distrito.

A proposta contempla a realização de feira de empreendedorismo rural, apresentações culturais, exposição de produtos regionais e atividades de integração comunitária, contribuindo para geração de trabalho e renda, fortalecimento do turismo rural e incentivo à economia local.

Além disso, o projeto busca incentivar a permanência de jovens e famílias nas atividades produtivas rurais, fortalecendo a identidade cultural e econômica do território, bem como ampliando as oportunidades de comercialização e divulgação dos produtos produzidos no distrito.

A iniciativa encontra alinhamento com as finalidades da ADERES, especialmente no fortalecimento do empreendedorismo, da inclusão produtiva, do desenvolvimento regional e da valorização dos pequenos negócios e empreendimentos da agricultura familiar.

III – DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

O empreendedor rural de Conceição de Muqui enfrenta severas dificuldades decorrentes da topografia acidentada, que impede a mecanização e eleva os custos da colheita manual, além de sofrer com a infraestrutura precária de estradas para o escoamento. Economicamente, a dependência de intermediários e a falta de equipamentos de pós-colheita mantêm o produtor refém do mercado de commodities de baixo valor. A ausência de conectividade e o êxodo juvenil agravam o isolamento da região. O projeto junto à ADERES visa mitigar esses gargalos, utilizando a ACADE como polo de difusão tecnológica e comercial para garantir a sustentabilidade e a permanência das famílias no campo.

O Distrito de Conceição do Muqui, localizado no município de Mimoso do Sul/ES, possui forte tradição na agricultura familiar, especialmente na produção de café arábica, sendo a cafeicultura uma das principais atividades econômicas da região. Além da produção cafeeira, observa-se o desenvolvimento de atividades complementares ligadas ao artesanato, gastronomia típica, agroindústria familiar e turismo rural.

Entretanto, muitos produtores e empreendedores locais enfrentam dificuldades relacionadas à comercialização, agregação de valor aos produtos, divulgação regional e acesso a oportunidades de capacitação e geração de renda. Também se verifica a necessidade de fortalecimento das ações de incentivo à permanência de jovens e adolescentes nas atividades produtivas rurais, contribuindo para sucessão familiar no campo.

Nesse contexto, a realização do **8º Festival Flor do Café** surge como importante instrumento de fortalecimento da economia local, valorização da produção de cafés especiais, incentivo ao empreendedorismo rural e promoção da cultura regional, reunindo agricultores familiares, artesãos, empreendedores locais, instituições parceiras e a comunidade em geral.

O projeto busca fomentar o desenvolvimento econômico e social do distrito por meio da realização de feira de empreendedorismo rural, apresentações culturais, exposição e comercialização de cafés especiais, gastronomia típica, produtos artesanais e ações de integração comunitária, promovendo oportunidades de geração de trabalho e renda para os participantes.

A realização de um evento local em Conceição de Muqui atua como um catalisador socioeconômico estratégico, pois encurta a distância geográfica e comercial que historicamente isola o pequeno produtor. Ao centralizar as atividades no próprio distrito, o evento promove uma aproximação genuína entre os cafeicultores da região, estimulando o cooperativismo, a troca de experiências práticas e o fortalecimento dos vínculos comunitários. Mais do que uma celebração, esse ambiente atrai compradores, baristas, torrefadores e fornecedores de tecnologia diretamente para o coração da produção, eliminando a figura dos intermediários. Essa exposição direta quebra o ciclo de isolamento do campo, insere os produtores na dinâmica do mercado consumidor moderno e amplia drasticamente as possibilidades de novos negócios, contratos de longo prazo e parcerias comerciais promissoras para a agricultura familiar local.

IV - JUSTIFICATIVA

A proposta justifica-se pela necessidade de fortalecimento da agricultura familiar, do empreendedorismo rural e da valorização dos cafés especiais produzidos no Distrito de Conceição do Muqui, reconhecendo a importância econômica e cultural da cafeicultura para o município de Mimoso do Sul/ES.

A realização do **8º Festival Flor do Café** contribui para incentivar a produção e comercialização de cafés especiais, ampliar as oportunidades de geração de renda para agricultores familiares, artesãos e pequenos empreendedores, além de fortalecer o turismo rural e a valorização cultural da região.

O evento também busca promover a integração comunitária, estimular a permanência dos jovens no meio rural e ampliar a visibilidade dos empreendimentos locais, fortalecendo redes produtivas e incentivando o desenvolvimento econômico sustentável do território.

A iniciativa encontra alinhamento com as finalidades da ADERES, especialmente no que se refere ao incentivo ao empreendedorismo, à inclusão produtiva, ao fortalecimento de pequenos negócios e ao desenvolvimento das economias locais.

A realização deste evento no distrito de Conceição de Muqui fundamenta-se na necessidade urgente de transformar a atividade agrícola tradicional em um ecossistema de empreendedorismo rural dinâmico, sustentável e competitivo. Nas regiões montanhosas de Mimoso do Sul, o cafeicultor não pode mais ser visto apenas como um cultivador de terra, mas sim como um microempreendedor que precisa dominar a gestão, a inovação tecnológica e as estratégias de mercado para garantir a sobrevivência de sua propriedade. O evento atua justamente como uma vitrine de negócios e uma incubadora prática de capacitação, onde o produtor rural tem acesso a workshops de agregação de valor, técnicas de pós-colheita e canais de comercialização direta.

Nesse contexto, o apoio da ADERES é o elo estratégico indispensável para viabilizar essa transição econômica. A missão da agência — focada no fomento ao empreendedorismo, na geração de emprego e renda e no fortalecimento das micro e pequenas empresas capixabas — alinha-se perfeitamente aos objetivos da ACAFE. O aporte de recursos públicos via ADERES descentraliza o investimento estadual, aplicando-o diretamente na base produtiva do interior do Espírito Santo. Isso subsidia a infraestrutura necessária para que o pequeno empreendedor rural saia do isolamento técnico, exponha sua marca, participe de rodadas de negócios e acesse mercados de alto valor, como o de cafés especiais e da agroindústria artesanal.

Portanto, o projeto justifica-se por criar um ambiente de negócios favorável que estimula a competitividade local, combate o êxodo rural ao atrair a juventude para um campo mais tecnológico e promove a inclusão socioeconômica de dezenas de famílias. Financiar esta iniciativa por meio da ADERES significa chancelar uma política pública de desenvolvimento regional efetiva, que gera autonomia econômica para as comunidades de Mimoso do Sul e fortalece a economia criativa e o agroturismo do Estado.

V - OBJETIVOS

Objetivo Geral do projeto

Promover o fortalecimento da agricultura familiar, do empreendedorismo rural e da valorização dos cafés especiais produzidos no Distrito de Conceição do Muqui, por meio da realização do **8º Festival Flor do Café**.

Objetivos Específicos do projeto

1. Incentivar a comercialização e divulgação dos cafés especiais e produtos da agricultura familiar produzidos na região;
2. Estruturar espaço adequado para realização da feira de empreendedorismo rural, exposição de produtos locais e atividades culturais durante o **8º Festival Flor do Café**;
3. Valorizar a cultura local, fortalecendo o turismo rural e a integração comunitária.

VI – PÚBLICO BENEFICIÁRIO

O projeto beneficiará diretamente agricultores familiares, produtores de cafés especiais, artesãos, empreendedores rurais, expositores, associações comunitárias, jovens e famílias residentes no Distrito de Conceição do Muqui e regiões adjacentes.

Serão beneficiados também pequenos produtores e empreendedores que atuam nos segmentos de gastronomia, produtos caseiros, agroindústria familiar, artesanato e turismo rural, ampliando as oportunidades de comercialização, divulgação de produtos e geração de trabalho e renda.

O evento atenderá ainda a comunidade em geral, visitantes e turistas, promovendo integração social, fortalecimento cultural e valorização das potencialidades econômicas da região.

Estimativa de público beneficiário:

- 28 empreendedores e expositores da região;
- 12 produtores de cafés especiais;
- Participação de 4 associações comunitárias;

Público estimado de aproximadamente 4.000 visitantes durante o evento.

VII – ÁREA DE ABRANGÊNCIA

O projeto será realizado no Distrito de Conceição do Muqui, pertencente ao município de Mimoso do Sul/ES, abrangendo comunidades rurais e localidades vizinhas ligadas à produção cafeeira e ao empreendedorismo rural.

A iniciativa contempla a participação de produtores, empreendedores e visitantes do município de Mimoso do Sul e cidades circunvizinhas, fortalecendo a integração regional e o desenvolvimento das atividades econômicas ligadas à agricultura familiar, cafés especiais, artesanato, gastronomia e turismo rural.

A área de abrangência do projeto inclui diretamente as comunidades rurais que compõem o distrito, contribuindo para valorização da identidade local e fortalecimento das cadeias produtivas da região.

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

A comunidade participará por meio da atuação de produtores rurais, empreendedores locais, associações comunitárias e na divulgação do evento.

ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

O projeto contará com apoio institucional e participação de organizações parceiras com Governo do Estado do Espírito Santo ES, ADERES, Prefeitura municipal de Mimoso do Sul ES, Incaper, Sindicato rural, Associações do Distrito de Conceição e da Instância de Governança do Turismo: Região Sul Capixaba dos Vales e Café.

VIII – RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que a realização do **8º Festival Flor do Café** contribua para o fortalecimento da agricultura familiar, do empreendedorismo rural e da valorização dos cafés especiais produzidos no Distrito de Conceição do Muqui.

O projeto pretende ampliar as oportunidades de comercialização dos produtos locais, promovendo geração de trabalho e renda para produtores rurais, artesãos, empreendedores e expositores participantes do evento. Busca-se também fortalecer a economia local por meio da divulgação das potencialidades produtivas, culturais e turísticas da região.

Além dos impactos econômicos, a iniciativa visa promover a valorização da cultura local, incentivar a participação comunitária e fortalecer as ações de integração entre associações, instituições parceiras, escolas e comunidade.

Espera-se ainda ampliar a visibilidade regional do distrito e incentivar a permanência de jovens e famílias nas atividades produtivas rurais, fortalecendo a identidade cultural e econômica do território.

Como resultados concretos, o projeto prevê:

- Participação de produtores e empreendedores locais na feira;
- Divulgação e valorização dos cafés especiais produzidos na região;
- Fortalecimento das atividades culturais e comunitárias;
- Ampliação do fluxo de visitantes e incentivo ao turismo rural;
- Geração de oportunidades de renda para os participantes;
- Fortalecimento das redes de cooperação entre produtores, associações e instituições parceiras.

DETALHAMENTO METODOLÓGICO

Etapas	Objetivos Específicos	Ações	Metas	Resultados Esperados
--------	-----------------------	-------	-------	----------------------

1	Incentivar a comercialização e divulgação dos cafés especiais e produtos locais	Realização da feira de empreendedorismo rural, exposição e comercialização de cafés especiais, artesanato e gastronomia local	Participação mínima de 28 empreendedores locais; Participação de 12 produtores de cafés especiais	Ampliação da divulgação e comercialização dos produtos regionais
2	Estruturar espaço adequado para realização do evento	Contratação de estrutura, sonorização, iluminação, tendas, palco, banheiros químicos e demais itens necessários para realização das atividades	Estruturar espaço para atendimento do público visitante; Disponibilizar estrutura adequada para realização de apresentações culturais e feira de expositores	Garantia de condições adequadas para execução do evento e participação da comunidade
3	Valorizar a cultura local e fortalecer a integração comunitária	Realização de apresentações culturais, participação de instituições locais e atividades comunitárias; Realização da divulgação do evento em redes sociais, banners e mobilização comunitária	Realizar no mínimo 03 apresentações culturais; Envolver 4 instituições da região; Produzir 4 materiais de divulgação com inclusão da marca da ADERES; Realizar divulgação regional do evento; Alcançar público local e regional	Fortalecimento da cultura local e integração entre comunidade, produtores e instituições parceiras; Ampliação da participação da comunidade, fortalecimento da visibilidade do evento e maior alcance das ações desenvolvidas



X- COMO SE DARÁ O PROCESSO DE AVALIAÇÃO?

O processo de monitoramento e avaliação será realizado de forma contínua durante todas as etapas de execução do **8º Festival Flor do Café**, com o objetivo de acompanhar o cumprimento das ações previstas, verificar os resultados alcançados e garantir a adequada execução do projeto.

A avaliação ocorrerá por meio do acompanhamento da realização das atividades, conferência da estrutura contratada e instalada, controle de participação dos expositores, produtores rurais, instituições parceiras e público participante, além da análise dos registros fotográficos, listas de presença e documentos comprobatórios da execução.

Também serão utilizados relatórios de acompanhamento elaborados pela coordenação do projeto, contendo informações quantitativas e qualitativas relacionadas à execução das ações, participação da comunidade, realização das apresentações culturais e funcionamento da feira de empreendedorismo rural.

Ao final da execução será elaborado relatório final consolidado, contendo descrição das atividades realizadas, quantitativo de participantes, registros das ações executadas e avaliação dos resultados alcançados, visando demonstrar os impactos do projeto no fortalecimento da agricultura familiar, valorização dos cafés especiais, incentivo ao empreendedorismo rural e integração comunitária.

MATRIZ DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Objetivo Específico	Indicadores quantitativos	Indicadores qualitativos	Fonte de Informação	Formas de coleta de dados	Responsável pela coleta	Periodicidade
Incentivar a divulgação e valorização dos cafés especiais, agricultura familiar e	28 expositores; 12 produtores de café	Visibilidade e valorização dos produtos locais	Lista de presença, registros fotográficos e relatórios	Controle de participação e registros do evento	Coordenação do projeto	Antes e durante o evento



produtos regionais						
Estruturar espaço adequado para realização do evento	8 tendas 10x10 28 tendas 3x3	Contratação da Estrutura; Adequação da infraestrutura para realização das atividades	Notas fiscais e registros fotográficos	Conferência da execução dos serviços	Coordenação do projeto	Antes e Durante a execução
Valorizar a cultura local e fortalecer a integração comunitária	03 apresentações culturais e 04 instituições participantes; 04 materiais de divulgação produzidos e ações de divulgação realizadas	Participação e envolvimento da comunidade; Alcance e participação do público no evento	Programação do evento e registros fotográficos; Registros fotográficos, materiais de divulgação e relatórios	Controle das atividades realizadas; Acompanhamento das ações executadas	Coordenação do projeto;	Antes e durante o evento



XI – QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

Coordenador Geral do Projeto: Douglas Batista Prucoli – Produtor Cultural, Trabalhador Rural e Organizador do Festival

Produtor de Apoio Operacional e de Mobilização: Danilo Mateini Ribeiro – Agricultor e Técnico em Agricultura pelo SENAR ES.

A execução do projeto contará com equipe responsável pela coordenação, organização, mobilização comunitária e acompanhamento das atividades previstas para a realização do **8º Festival Flor do Café**.

A equipe atuará no planejamento, organização da estrutura do evento, articulação com instituições parceiras, acompanhamento das atividades culturais, apoio aos expositores e monitoramento da execução das ações previstas no plano de trabalho.

EQUIPE TÉCNICA

Cargo	Nº de Profissionais	Escolaridade		Atribuições	Já trabalha na instituição?		Período de Contratação (meses)	Natureza de Trabalho (CLT por tempo determinado ou indeterminado ou contrato de estágio)
		Superior	Médio		Sim	Não		
Coordenador Geral do Projeto	1			Coordenar a execução do projeto, acompanhar as atividades, articular parcerias e supervisionar a realização do evento; organizar documentação, listas de presença, registros e apoio		X	2 meses	Contrato



				administrativo da execução				
Produtor de Apoio Operacional e de Mobilização	1			Auxiliar na organização da estrutura, recepção, orientação ao público e suporte às atividades do evento, realizar mobilização comunitária, divulgação do evento e apoio na comunicação		X	2 meses	Contrato

XII – ORÇAMENTO

O orçamento do presente projeto refere-se à contratação de estrutura, destinada a apoiar a realização do 8º Festival Flor do Café - Distrito de Conceição do Muqui - Mimoso do Sul ES.

Para a definição do valor estimado, serão apresentados 03 (três) orçamentos, que serão encaminhados junto com o projeto, os quais subsidiarão a elaboração do mapa comparativo de preços, assegurando a compatibilidade com os valores praticados no mercado e a observância dos princípios da economicidade e da adequada aplicação dos recursos públicos, conforme a Lei nº 13.019/2014.

A aplicação dos recursos ocorrerá conforme o plano de aplicação aprovado, com o devido registro documental para fins de controle, monitoramento e prestação de contas junto à ADERES.

O Valor total do projeto: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).



CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DO REPASSE

Mês de repasse	Total
<u>Julho de 2026</u>	<u>R\$ 20.000,00</u>

PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS (R\$)*

* incluir encargos trabalhistas, caso inclua salários

CUSTEIO

Item	Descrição	Quant.	Estimativa de custos		
			Unidade medida	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Serviço de locação de tenda 10 x 10 piramidal	8	Serviço	R\$1.500,00	R\$ 12.000,00
2	Serviço de locação de tenda 3x3 "chapéu de bruxa" com fechamento lateral	28	Serviço	R\$285,72	R\$ 8.000,00
TOTAL					R\$20.000,00

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto a **ADERES - Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer órgão ou entidades da Administração Pública Estadual, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Estado do Espírito Santo, na forma deste Plano de Trabalho.

Mimoso do Sul-ES, 22 de junho de 2026.

Danilo Mateini Ribeiro

Associação de Cafeicultores Flor do Café -ACAFE

CNPJ: 51.904632/0001-10

APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Vitória-ES, 22 de junho de 2026

Alberto Farias Gavini Filho
Diretor Geral - Aderes

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

ALBERTO FARIAS GAVINI FILHO

DIRETOR-GERAL

ADERES - ADERES - GOVES

assinado em 22/06/2026 11:08:47 -03:00

DANILO MATEINI RIBEIRO

CIDADÃO

assinado em 22/06/2026 12:03:59 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 22/06/2026 12:03:59 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por SAMARA RAMOS SABINO (ASSESSOR TECNICO I AD-07 - ADERES - ADERES - GOVES)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-4PTJPH>

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

ALBERTO FARIAS GAVINI FILHO
DIRETOR-GERAL
ADERES - ADERES - GOVES
assinado em 30/06/2026 11:48:31 -03:00

DANILO MATEINI RIBEIRO
CIDADÃO
assinado em 01/07/2026 09:55:27 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 01/07/2026 09:55:28 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por SAMARA RAMOS SABINO (ASSESSOR TECNICO I AD-07 - ADERES - ADERES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-5SW4LQ>